Trabalho da Polícia Penal promove reintegração social em Umuarama e região

10/09/2025 Segurança Pública

O Complexo Social da Polícia Penal do Paraná (PPPR) de Umuarama tem se consolidado como referência no apoio a pessoas monitoradas e em cumprimento de penas alternativas, prestando suporte em várias frentes para promover a reintegração social. A unidade reúne o Escritório Social, a Central Integrada de Alternativas Penais (Ciap) e o Núcleo de Atendimento a Pessoas Monitoradas (Nupem).

"O objetivo é o fortalecimento de vínculos familiares, regularização de documentos pessoais, educação, profissionalização e retorno ao mercado de trabalho, refletindo diretamente na redução da reincidência criminal. Assim, egressos e monitorados têm maiores possibilidades de reintegração social", explica o coordenador regional da Polícia Penal em Umuarama, Arnobe Lemes dos Reis.

O trabalho também alcança os pré-egressos ainda dentro das unidades prisionais. Seis meses antes da progressão de regime, equipes iniciam o levantamento de informações sobre documentos, vínculos familiares e perspectivas de vida, preparando o retorno ao convívio social. Só no último período, mais de 1.400 pessoas passaram por esse acompanhamento.

Em agosto, os três Complexos Sociais sob coordenação da Regional de Umuarama registraram 1.569 atendimentos na área de alternativas penais. No Nupem, foram aproximadamente 6.800 atendimentos a monitorados e familiares.

• Encontro no Paraná reúne representantes de 17 países para tratar de segurança ao turista

A assistente social Gisely Medina, que coordena o Complexo na Regional e responde por 16 comarcas, reforça que o trabalho é voltado para a transformação. "Nossa meta inegociável é desenvolver essa pessoa. Temos o foco em transformar erros em oportunidades de mudança – e a sociedade também ganha com os investimentos em ressocialização. Colocamos 100% dos monitorados que desejam no mercado de trabalho através das empresas

privadas e de convênios municipais", destacou.

Atividades como rodas de leitura, oficinas de pintura em tela e grupos reflexivos sobre saúde e cidadania também fazem parte da rotina dos atendimentos, oferecendo novos horizontes para monitorados e egressos.

• Com apoio de helicóptero, operações da PMPR apreendem drogas e eletrônicos no Oeste

PARANÁ – Atualmente, os Complexos Sociais da PPPR prestam atendimento a mais de 18 mil monitorados e a cerca de 6 mil pessoas em cumprimento de medidas alternativas em diferentes regiões do Estado.

Na Ciap, por exemplo, os atendimentos se organizam em três eixos: prestação de serviços à comunidade, aplicada a crimes mais leves; grupos reflexivos de violência doméstica, que já apresentam índice de 100% de não reincidência; e atividades voltadas à dependência de álcool e drogas, realizadas em dez encontros. Um novo programa sobre violência no trânsito deve ser iniciado em breve.

Já no Nupem, o acompanhamento inclui atendimento individual, reuniões com familiares, oficinas educativas e encaminhamentos para cursos e oportunidades de emprego.

Para o coordenador dos Complexos Sociais da Polícia Penal no Estado, Rodrigo Fávaro, essas iniciativas representam uma política pública essencial. "Mais do que fiscalizar o cumprimento das medidas judiciais impostas, a Ciap e o Nupem desenvolvem ações voltadas à inserção social, fundamentadas nos princípios da responsabilização e da cidadania. Os municípios de Umuarama e Cruzeiro do Oeste destacam-se como exemplos expressivos na implementação de políticas penais inovadoras, alinhadas à redução do superencarceramento e ao enfrentamento da reincidência prisional", afirma.

As ações são desenvolvidas em parceria com universidades, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho da Comunidade, empresas privadas, Sine, Senar, Senac e secretarias municipais. A rede garante acesso a cursos de capacitação, políticas públicas e oportunidades formais de emprego.